

O ETHOS BIPARTIDO: IMAGENS CONTRASTIVAS DO ETHOS NA DISTÂNCIA ENTRE LOCUTOR DISCURSIVO E LOCUTOR FUNDADOR

Estêvão Carvalho FREIXO¹
Mestrando em Linguística - UERJ

RESUMO: Este estudo realiza a análise de um artigo produzido pelo psiquiatra militar Murillo de Souza Campos, cujas intervenções, durante as primeiras décadas do século XX, foram determinantes no curso dos processos de apropriação da ciência psicológica no Brasil. No conjunto teórico aqui delimitado, são articulados os conceitos de cenografia em Maingueneau e de ato ilocutório desde a extensão que Searle realiza aos trabalhos de John Austin, acrescentando-lhes a divisão entre ato ilocutório direto e indireto. Como consequência da análise, surge a necessidade de se propor uma flexibilização do conceito de *ethos*, considerando essa dimensão discursiva numa estrutura bipartida em que locutor discursivo e locutor fundador são retratados de modo contrastado na cena enunciativa.

Palavras-chave: Análise do discurso. Ethos. Atos de fala. História. Psicologia.

Introdução

Na qualidade de campo interdisciplinar, a análise do discurso tem servido como estratégia metodológica para as Ciências Sociais que dela se apropria, tomando-a como instrumento de auxílio para a consecução de seus objetivos de pesquisa. Em especial, os empreendimentos historiográficos tiveram e ainda têm a possibilidade de fazer bom proveito da AD como sistema de trabalho, tendo em vista a importância que ocupa em seu mister o exercício de análise de documentos.

Por outro lado, o campo da História e outras esferas do saber mantêm ainda, em relação aos avanços das ciências da linguagem, algum grau de afastamento por conta dos problemas de fronteira que estabelecem limites de comunicação entre os domínios do conhecimento. Em consequência disso, algumas possibilidades de aplicação da análise discursiva como técnica investigativa ainda não foram exploradas em todo seu potencial. Por essa razão, desenvolvemos este artigo, o qual tem por objetivo demonstrar, por meio de um exercício prático de análise, uma alternativa possível para o exame de documentos de valia histórica.

Como aproximação teórica, articulamos neste trabalho os conceitos de cenografia em Maingueneau e o de ato ilocutório desde a extensão que Searle realiza aos trabalhos de John Austin, acrescentando-lhes a divisão entre ato ilocutório direto e indireto. No que se refere à

¹ Endereço eletrônico: estevaofreixo@gmail.com

cenografia, utilizamos como entradas de análise as coordenadas definidas pela *dêixis* discursiva e pela *dêixis* fundadora, e o *ethos* construído para seus respectivos locutores. A partir da montagem da cena enunciativa, buscamos então mostrar quais atos ilocutórios são produzidos no texto, qual instância enunciativa se responsabiliza pela produção desses atos e a que destinatário eles são dirigidos.

Como material de análise, selecionamos um artigo produzido por um oficial militar cujas intervenções, durante as primeiras décadas do século XX, foram determinantes no curso dos processos de apropriação da ciência psicológica no Brasil. A referida produção leva o título “Notas sobre higiene mental no Exército”, tendo sido publicada durante o ano de 1925 nos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental (ABHM), principal meio de divulgação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), composta pelos mais importantes psiquiatras brasileiros da época, além de juristas, educadores, jornalistas, etc. (SOUZA; BOARINI, 2008, p. 275).

O autor cuja produção aqui estudamos foi Murillo de Souza Campos, um psiquiatra militar que integrou o corpo médico do Hospital Central do Exército, onde era chefe da Clínica Psiquiátrica. Prestava serviços no Hospício Nacional de Alienados (HNA), realizando observações e colaborando no tratamento dos internos militares – oficiais e praças –, chegando a se tornar, em 1925, chefe da Sessão Militar de Observações do HNA (LINS; FREIXO; JACÓ-VILELA, 2018).

Murillo Campos foi também um dos colaboradores na fundação da filial da Sociedade Brasileira de Psicanálise do Rio de Janeiro, tendo instalado um consultório psicanalítico no HNA em 1929. Docente de psiquiatria da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, escreveu artigos que analisavam e incentivavam o uso dos testes psicológicos no Brasil (LINS; FREIXO; JACÓ-VILELA, 2018).

Das alianças entre a análise do discurso e a pragmática

Em seu livro *Novas Tendências em Análise do Discurso*, Maingueneau discute as modificações sofridas pela AD em consequência das questões trazidas pela teoria dos atos de fala, que, apoiando-se em modelos emprestados do direito, do teatro ou do jogo, tenta inscrever a atividade da linguagem em espaços institucionais. Nesse sentido, ali se propõe que cada ato de fala é inseparável de uma convenção, aquela “que este ato pressupõe pelo simples fato de ser realizado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 29). Assim,

ao dar uma ordem, por exemplo, coloco-me na posição daquele que está habilitado a fazê-lo e coloco meu interlocutor na posição daquele que deve obedecer; não preciso, pois, perguntar se estou habilitado para isto: ao ordenar,

ajo como se as condições exigidas para realizar este ato de fala estivessem efetivamente reunidas. Dito de outra forma, não é porque tais condições estão reunidas que o ato pode ser efetuado, mas é porque este ato foi efetuado que se consideram reunidas estas condições. Através de sua própria enunciação, este ato de fala é considerado pertinente. (MAINGUENEAU, 1997, p. 30)

Apesar das convergências entre a AD e a perspectiva pragmática, que se opõem “à ideia de que a língua seja apenas um instrumento para transmitir informações, colocando em primeiro plano o caráter interativo da atividade de linguagem” (MAINGUENEAU, 1997, p. 32), é preciso sublinhar que, do ponto de vista da AD, as instâncias de enunciação são preferivelmente formuladas em termos de posições ocupadas pelos enunciadores, "visando a enfatizar a preeminência e a preexistência da topografia social sobre os falantes que ai vem se inscrever" (MAINGUENEAU, 1997, p. 32), o que implica supor um sistema de lugares que ultrapassa os falantes da língua, mas que, ao mesmo tempo, compõe a estrutura através da qual estes alcançam sua identidade.

Diferentemente, em muitos trabalhos de inspiração pragmática, a questão da subjetividade enunciativa ganha sentido a partir das "intenções" dos falantes, cujas identidades guardariam um certo grau de estabilidade e autonomia em relação à posição que estes ocupam. O ponto de vista que ora adotamos, e que melhor servirá aos nossos fins, é aquele da AD, que se apoia no entendimento de que “a teoria do discurso não é uma teoria do sujeito antes que este enuncie, mas uma teoria da instância de enunciação que é, ao mesmo tempo e intrinsecamente, um efeito de enunciado” (MAINGUENEAU, 1997, p. 33). Desse modo, a instância de subjetividade enunciativa, ao submeter o enunciador a suas regras, igualmente o legitima, atribuindo-lhe a autoridade vinculada institucionalmente a este lugar.

A cenografia em Maingueneau

Um artifício de que a pragmática se vale para a construção de seus modelos explicativos é a utilização da metáfora teatral. Presume-se, assim, a possibilidade de o locutor atribuir para si ou impor ao seu destinatário papéis determinados no decurso das interações comunicativas. Ampliando este ponto de vista, Maingueneau passa a integrar os papéis no complexo mais rico de uma "encenação" ou de uma "cenografia", incluindo, além do estatuto que atribui a si e a seu destinatário, o modo através do qual o locutor se inscreve no tempo e no espaço.

Desta forma, o autor nos explica que na língua o que se conhece por *dêixis* é aquilo que “define as coordenadas espaço-temporais implicadas em um ato de enunciação, ou seja, o conjunto de referências articuladas pelo triângulo EU-TU, AQUI, AGORA” (MAINGUENEAU, 1997, p. 41). Já o que ele chama de *dêixis* discursiva cumpre a mesma

função, manifestando-se, porém, num nível diferente, que é aquele do "universo de sentido que uma formação discursiva constrói através de sua enunciação" (MAINGUENEAU, 1997, p. 41), compreendendo entre seus elementos constituintes o locutor e o destinatário discursivos, a cronografia e a topografia.

Além desse primeiro modo de acesso à cenografia de um discurso, uma outra forma de alcançá-la seria a dêixis fundadora, que deve ser entendida como as situações de enunciação anteriores que a dêixis atual utiliza para constituir sua legitimidade. Em consequência disso, distinguem-se também a locução fundadora, a cronografia e a topografia fundadoras.

Outrossim, além da sua concepção de cenografia, Maingueneau inclui uma outra dimensão do discurso a que chama de *ethos*, definindo-a como sendo as propriedades que o enunciador atribui a si através de sua maneira de dizer. Sob esse aspecto, aquilo que é dito e o tom em que é dito são ao mesmo tempo inseparáveis e importantes. Além disso, esse "tom" em que o enunciador se expressa deve estar associado a um caráter e a uma corporalidade. No primeiro caso, trata-se de um "conjunto de traços 'psicológicos' que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer" (MAINGUENEAU, 1997, p. 47); no segundo, daquilo que "possibilita aos sujeitos a 'incorporação' de esquemas que definem uma maneira específica de habitar o mundo, a sociedade" (MAINGUENEAU, 1997, p. 48).

Austin e Searle: a teoria dos atos de fala

Opondo-se ao antigo pressuposto filosófico que postula uma identidade simples entre dizer e declarar algo, a teoria dos atos de fala propõe a existência de casos em que proferir uma sentença em circunstâncias apropriadas não consiste apenas numa descrição, mas implica também a realização de um ato.

A esse tipo de proferimento que não deve ser considerado como mero equivalente a um relato, Austin chamou enunciado performativo, ou, de forma abreviada, um performativo. Tais enunciados não carregam a qualidade de poderem ser classificados como verdadeiros ou falsos, já que não correspondem a simples representações do mundo, e é preciso ainda que certas condições sejam satisfeitas para que as ações neles produzidas possam ser realizadas com êxito. E isto porque os enunciados performativos, para produzirem seus efeitos, dependem do cumprimento de certos procedimentos convencionalmente aceitos que incluem o proferimento de determinadas palavras, por determinadas pessoas e em determinadas circunstâncias; o que implica dizer que correspondem a certos tipos de atos convencionais que podem ser malogrados

ou bem-sucedidos, conforme o ritual ou a cerimônia que os acompanha sejam realizados com o atendimento de todas as condições exigidas pela convenção (AUSTIN, 1990, p. 21-25).

Assim, a realização de um ato nesse novo sentido corresponderia à realização do que Austin classificou como "ato ilocucionário", em contraposição ao simples ato de "dizer algo" em acepção normal e completa, que preferiu chamar "ato locucionário". Por envolverem a realização de um ato convencional, os atos ilocucionários seriam portadores de uma força responsável por produzir os efeitos da convenção, fenômeno que designou como força ilocucionária (AUSTIN, 1990, p. 89).

Apesar de Austin ter elaborado uma esquema inicial no qual classifica os enunciados segundo sua força ilocucionária, daremos preferência aqui às categorias estabelecidas por John Searle, que, ao revisar as classes estabelecidas por Austin, empenhou-se em solucionar possíveis inadequações ou inconsistências ali encontradas.

A proposta de classificação dos atos ilocucionários realizada por John Searle depende de se pressupor uma distinção entre a força ilocucionária de um enunciado e seu conteúdo proposicional, relação que o autor simboliza por F(p). Define ainda o autor como seu propósito a discriminação ou particularização dos diferentes tipos de força (SEARLE, 1981, p. 1-2).

Para separarmos os diferentes tipos de atos ilocucionários, isto é, para que nos seja possível discriminar os enunciados segundo a força de que são portadores, o filósofo estabelece doze dimensões de variação. A razão de Searle tratá-las por dimensões, deve-se ao fato de que, dentro de uma faixa de gradação, a força de um ato ilocucionário pode ocupar diferentes posições, marcando desde intensidades fracas até graus mais fortes de expressão. Dentre elas, indicaremos as três mais importantes.

A primeira delas é a diferença de objetivo ou propósito do tipo de ato, critério que Searle designa como *objetivo ilocucionário*. Assim, se o objetivo de uma ordem pode ser definido como uma tentativa de se fazer com que o coenunciador realize uma ação, o objetivo ou propósito de uma descrição, por outro lado, é o de ser a representação da forma como algo é; ou, ainda, o objetivo de uma promessa pode ser compreendido como a sustentação do compromisso de que o enunciador faça algo. Dentre os elementos que resultam na força ilocucionária, o autor considera o objetivo ilocucionário como sendo o mais importante.

Em seguida, temos a configuração da *direção de ajuste* entre as palavras e o mundo. Enquanto algumas ilocuições funcionam no sentido de fazer com que suas palavras (seu conteúdo proposicional) se ajustem ao mundo, outras, ao contrário, tendem a promover um ajuste entre o mundo e as palavras.

Searle (1981, p. 3-4) ilustra esse critério, utilizando-se de um exemplo trazido por Elizabeth Anscombe em sua obra *A Intenção*, de 1957. Numa pequena anedota, a autora supõe que um homem vai ao supermercado com uma lista de compras, na qual estão discriminados os itens para serem levados para casa. Enquanto recolhe os itens, porém, o comprador é seguido por um detetive que anota tudo o que ele coloca no cesto. Neste caso, a diferença entre a função de ambas as listas é que a lista de compras deve fazer com que as ações do homem correspondam aos itens enumerados, ao passo que a lista do detetive deve coincidir com as ações do homem. Enquanto a direção de ajuste na lista do comprador é do tipo mundo-para-palavra, como nos pedidos, comandos, juras e promessas; a lista do detetive é do tipo palavra-para-mundo, tal como nas afirmações, descrições, asserções, explicações.

Além das acima definidas, Searle apresenta também um terceiro princípio de distinção que corresponde à atitude, ao estado, etc. que o falante expressa em relação ao conteúdo proposicional de seu ato ilocutório. Assim, enquanto afirmações ou explicações expressam um estado de crença em relação ao que se diz, promessas ou ameaças demonstram a intenção de se realizar algo. Uma desculpa, por outro lado, expressa um sentimento de arrependimento em relação a algo que se fez. A este último princípio, o autor o designa como *estado psicológico expresso* ou *condição de sinceridade*.

Tendo apresentado as três principais dimensões de variação que contribuem para o trabalho de distinção entre os atos ilocutórios, conforme os diferentes tipos de força ilocucionária de que são portadores, cabe agora uma breve apresentação das categorias de atos ilocucionários tal como definidas por Searle. Aqui, entretanto, nos limitaremos a enumerar apenas as categorias que pretendemos aproveitar para a análise do nosso *corpus*, já que o propósito desta seção é o de situar o leitor com relação aos fundamentos teóricos do instrumento que ora construímos, não havendo a necessidade de nos demorarmos naquilo que não estiver previsto para ser utilizado como ferramenta ou técnica em nosso trabalho. Dito isso, enumeramos abaixo as duas categorias que selecionamos para a construção da análise.

Assertivos: são os atos cujo *objetivo ilocutório* é o de comprometer o falante com a verdade da proposição expressa. Sua *direção de ajuste* é do tipo palavras-para-mundo, e seu *estado psicológico expresso* é a crença em seu conteúdo proposicional. Exemplos de assertivos são afirmar, descrever, jurar, insistir, ostentar, reclamar.

Diretivos: são os atos cujo *objetivo ilocucionário* é o de levar o coenunciador à realização de alguma ação. Sua direção de ajuste é do tipo mundo-para-palavras, e seu estado

psicológico expresso é o querer ou o desejar. Verbos que exemplificam essa classe são pedir, ordenar, comandar, implorar, orar, suplicar, e também convidar, permitir, aconselhar.

Finalmente, utilizaremos como empréstimo da abordagem pragmática o conceito de *ato de fala indireto*, caso em que um ato ilocucionário é realizado indiretamente através de outro. Assim, o enunciador pode enunciar a frase "eu quero que você faça", significando, ao mesmo tempo, um pedido ao seu coenunciador para que faça alguma coisa. Neste contexto, o enunciado possui sobretudo a eficácia de um pedido, malgrado tenha sido feito por meio de uma afirmação. Para que esse duplo efeito seja possível, o enunciador depende, entretanto, de um fundo de informação compartilhado, tanto linguístico quanto extralinguístico, e da capacidade de inferência de seu destinatário. Além disso, em alguns casos, as convenções podem exercer um papel importante na constituição do sentido dos atos de fala indiretos.

Análise do artigo “Notas sobre higiene mental no Exército” (1925) de Murillo de Souza Campos

Inicialmente, informamos ao leitor que, embora tenham sido apresentados neste espaço apenas os fragmentos de que nos servimos para o exercício da análise, o texto analisado poderá ser visitado em sua versão completa e original, conforme os dados indicados nas referências bibliográficas ao final deste trabalho.

Começaremos então o processo de análise pelo trabalho de identificação da dêixis discursiva do nosso *corpus*, de modo a recompor a cenografia sob a qual o enunciador se apoia, a fim de garantir a legitimidade de sua enunciação. Com este objetivo, devemos encontrar no texto as marcas distintivas que apontam para o conjunto de referências que articulam as dimensões EU-TU, AQUI e AGORA.

Como primeiro elemento deste arranjo, a instância enunciativa aparece indicada no texto por meio de um conjunto de expressões que se substituem sucessivamente, atribuindo à cena de enunciação um locutor responsável pela produção do discurso. Consideremos os seguintes excertos:

“A profilaxia dos distúrbios nervosos e mentais apresenta modernamente, diante do aumento progressivo de sua frequência, real interesse nos grandes exércitos.

Entre *nós*, por exemplo, durante o período de 1906 a 1916, na guarnição desta Capital, a frequência de tais distúrbios atingiu a 4,2 p. 1000 do efetivo médio.”

“No *exército brasileiro*, com as atuais instruções relativas à inspeção de recrutas, sacrifica-se notavelmente o exame psíquico; apenas os portadores de distúrbios psíquicos muito acentuados são reconhecidos e enviados à observação.”

“No *nosso Código de Organização Judiciária e Processo Militar*, não há dispositivo expresso a respeito do exame psíquico dos delinquentes, o que explica até certo ponto a frequência dos casos de alienação mental entre os sentenciados.”

“No *Brasil*, semelhante orientação teria o maior alcance prático, dada a frequência de analfabetos e incultos nas fileiras, cuja instrução e progressos, lentos e cheios de dificuldade, exigem dos oficiais acentuadas qualidades pedagógicas.”

Note-se que as palavras ou expressões em destaque definem a subjetividade enunciativa, ao passo em que fixam o estatuto do enunciador. O texto fala de como se procede à profilaxia de distúrbios nervosos nos grandes exércitos, e no desenrolar do artigo são feitas sucessivas comparações entre as formas como essa prática é realizada em exércitos estrangeiros e no exército brasileiro. Assim, expressões como "nós", "exército brasileiro", "Brasil", ou, indiretamente, "nosso Código de Organização Judiciária e Processo Militar" (Código relativo a nós militares), identificam o próprio exército brasileiro como sendo aquele que enuncia o discurso.

Por outro lado, tanto em "nós" como em "nosso Código de Organização Judiciária e Processo Militar", vê-se que o enunciador se dirige ao destinatário de modo a incluí-lo no mesmo lugar de onde ele fala, demonstrando que a comunicação se dá entre membros do mesmo grupo. Outrossim, um texto dedicado à recomendação de certas práticas profiláticas sobre higiene mental no exército deve naturalmente dirigir-se à própria corporação militar, que, neste caso, é o destinatário objetivamente eleito para receber tais recomendações. Por isso, as indicações presentes no texto mostram que locutor e destinatário em nosso *corpus* coincidem sob o signo do exército brasileiro.

Sobre o lugar onde a cenografia do texto é montada, o que se observa é que topografia e enunciador discursivos saturam-se numa mesma expressão. O território onde a cena se delimita está definido textualmente no título, que circunscreve o tema "higiene mental" no ambiente "exército", o que se coaduna com o fato de o artigo trazer uma série de prescrições, tomadas de modelos estrangeiros, para serem aplicadas ao exército brasileiro.

A cronografia aparece representada na linha de abertura: "A profilaxia dos distúrbios nervosos e mentais apresenta modernamente, diante do aumento progressivo de sua frequência, real interesse nos grandes exércitos". Indica-se neste fragmento o momento histórico de

evolução do interesse pelas práticas profiláticas de higiene mental nos exércitos, o que torna possível situar o escrito como sendo uma produção textual realizada no contexto da difusão do pensamento higienista.

A cenografia do texto, no entanto, amplia-se na medida em que se compara o locutor e suas coordenadas de tempo e espaço com as referências de uma dêixis fundadora, de modo a completar o universo de sentido da cena enunciativa, tornando-a ainda mais complexa.

Para situarmos essa dêixis fundadora, observaremos, sobretudo, que os exércitos estrangeiros, apresentados como modelos de sucesso, aparecem intercalados às inserções do exército brasileiro no texto, avaliando-se a situação da corporação nacional, segundo a distância que esta mantém em relação às conquistas das tropas internacionais.

Nesta direção, tomaremos as corporações estrangeiras, os exércitos americano e francês, não como OUTROS com os quais o EU da cena se relaciona, mas como elementos extensivos ao próprio locutor discursivo, prolongamentos dele que são tomados como medida de comparação. Além de locutores fundadores, podemos mesmo dizê-los locutores ideais, se quisermos aqui tomar emprestada a relação que a psicanálise define entre o eu real e o eu ideal, quando reconhece a existência de uma parte do eu total que mede o eu real em suas atividades, avaliando-o segundo a distância ou proximidade que este mantém em relação a um eu ideal, incorporado pelo paciente no decorrer do seu desenvolvimento.

Por este caminho, poderemos considerar as descrições dos exércitos estrangeiros no texto como propriedades que o enunciador (o exército brasileiro) atribui a si mesmo, ainda que um “si mesmo” que funciona como projeção ideal de si. Neste caso, tanto a forma como o exército brasileiro aparece representado, como o modo pelo qual os exércitos estrangeiros aparecem caracterizados são construções de um *ethos*, que, no entanto, se biparte em dois conjuntos de traços, conforme o que se faça representar seja o locutor discursivo (exército brasileiro) ou os locutores fundadores ou ideais (exércitos americano e francês), aos quais o primeiro se justapõe, estabelecendo uma medida pela qual define um ideal a ser atingido.

Tendo, portanto, realizado essa primeira etapa de análise, ao passo em que identificamos os elementos fundamentais e constituintes da dêixis discursiva, assim como os locutores fundadores com os quais o locutor discursivo se compara na construção da cena enunciativa, iniciaremos agora o exercício de reconhecimento dos proferimentos que implicam, para além daquilo que dizem em seu conteúdo proposicional, a realização de atos de fala efetuados por impulso da força responsável pelos efeitos da convenção, a força ilocucionária.

Tomemos, portanto, alguns fragmentos que ilustram o esquema comparativo em que o texto se baseia para a composição da sua cena enunciativa, conforme antes havíamos adiantado. Segue abaixo o primeiro exemplo:

“Coube ao exército dos Estados Unidos, em 1917, demonstrar a exequibilidade e as vantagens práticas do exame psíquico sistemático dos conscritos (...) Destarte, foram eliminados do exército americano, durante a guerra, 680.000 homens como defeituosos no ponto de vista mental ou nervoso, o que contribuiu grandemente para baixar o número dos suicídios e das condenações à prisão.”

Este segmento extraído do texto apresenta em seu conteúdo proposicional uma descrição que pode ser avaliada como falsa ou verdadeira, precisa ou inexata, pressupondo um estado de crença com relação àquilo que é dito, na medida em que exige um compromisso do locutor com a veracidade de seu conteúdo. O ato ilocutório que realiza de forma direta é, portanto, uma assertiva, e tem como direção de ajuste a tentativa de adequar as palavras ao mundo.

Entretanto, em razão do modo como o proferimento aparece no texto, concebido sob a forma de exemplo instrutivo, o que implica atribuir ao locutor fundador que ali se inscreve o estatuto de entidade paradigma; e contando ainda com a inserção de expressões que denotam o desempenho exitoso deste locutor, tais como "vantagens práticas", "contribuiu grandemente", etc., o enunciado invoca também uma outra força ilocucionária, empregada de forma indireta, que corresponde a um ato ilocutório diretivo, cujo objetivo é o de orientar e de conduzir o coenunciador à reprodução do exemplo apresentado, por meio da incorporação do *ethos* ali construído. Assim, se diretamente este enunciado realiza uma afirmação ou uma descrição, de modo indireto, entretanto, a força que nele se cumpre é a de uma instrução ou a de uma recomendação.

Vejamos agora, por meio de outro excerto, a forma como o texto apresenta o locutor, construindo sua imagem por via de uma relação comparativa com o locutor paradigma:

“No exército brasileiro, com as atuais instruções relativas à inspeção de recrutas, sacrifica-se notavelmente o exame psíquico; apenas os portadores de distúrbios psíquicos muito acentuados são reconhecidos e enviados à observação.”

Já identificamos que a expressão "exército brasileiro" marca no texto o estatuto do enunciador, e que, simultaneamente, acumula as funções de topografia e destinatário discursivos. Nesta perspectiva, o texto é um enunciado do exército brasileiro que, no cenário da própria caserna, ao dirigir-se aos seus membros, recomenda-lhes que sigam o exemplo de alguns exércitos estrangeiros.

Neste outro segmento, a fórmula do ato ilocutório assertivo se repete, com a diferença que a descrição agora se aplica ao estado das tropas nacionais. E, se no fragmento anterior atribuía-se ao locutor fundador um *ethos* de corporação bem-sucedida e eficaz, no exemplo presente a descrição produz efeito inverso, o exercício comparativo exige que se retrate o locutor com traços que o qualificam como o *antiethos* do locutor fundador.

Poderíamos dizer que este enunciado contribui na conformação do ato ilocucionário indireto do fragmento anteriormente analisado, na medida em que amplia o conjunto de informações que sugerem que as estratégias estrangeiras sejam aqui adotadas.

Uma vez demonstrado neste procedimento inicial de análise o modo como o estatuto do locutor é construído no texto por via de um exercício de comparação em que o locutor fundador serve como paradigma a ser atingido, realizamos agora um corte transversal em nosso *corpus*, a fim de corroborar com as conclusões anteriores por meio de um demonstrativo quantitativamente maior, sem que tenhamos que nos repetir nas explicações até aqui construídas.

Com este objetivo, montamos a tabela que apresentamos abaixo:

Locutor fundador - Ethos de eficácia e êxito	Locutor discursivo - Ethos de insuficiência ou ineficácia
No exército francês, demonstrou Lemoine, a proporção de condenados pelos conselhos disciplinares é de duas a cinco vezes maior entre os voluntários do que entre os outros conscritos. Recomenda-se, por isso, além do exame rigoroso, a exigência de um atestado do prefeito da localidade de procedência do voluntário de que a notoriedade pública não lhe atribui nenhuma enfermidade mental, e da folha corrida da polícia.	No nosso Código de Organização Judiciária e Processo Militar, não há dispositivo expresso a respeito do exame psíquico dos delinquentes, o que explica até certo ponto a frequência dos casos de alienação mental entre os sentenciados. Feito esse exame, a título preventivo, por ocasião do inquérito policial militar, evitar-se-ia de um lado a condenação dos alienados que nenhum alcance repressivo ou disciplinar pode ter, e de outro a instauração inútil do conselho para julgar indivíduos isentos de culpabilidade em face do próprio Código Penal Militar.

<p>No exército francês, uma circular de 1913 determina o exame psíquico dos indiciados, preventivo do Conselho de guerra, sempre que haja dúvidas sobre a sua integridade mental, ou em virtude das circunstâncias em que forem cometidos os crimes, ou ainda em atenção à existência de certos antecedentes pessoais e hereditários.</p>	<p>No Brasil, semelhante orientação teria o maior alcance prático, dada a frequência de analfabetos e incultos nas fileiras, cuja instrução e progressos, lentos e cheios de dificuldade, exigem dos oficiais acentuadas qualidades pedagógicas.</p>
<p>No exército norte-americano, com o exame psíquico inicial, fez-se ao mesmo tempo a classificação dos recrutas em diversos grupos, o que facilita a escolha dos que tem aptidão para oficial, para cada arma ou serviço. Os "tests" empregados informam não só sobre o bom senso, como também sobre a compreensão mais ou menos justa e rápida das ordens recebidas, sobre o espírito de iniciativa e de decisão.</p>	
<p>Em 1913, o exército francês criou o quadro de psiquiatra, exigindo dos seus membros requisitos de especialização e designando certo número para ter exercício nos principais centros (sedes de corpos de exército). Apesar disto, ao iniciar a conflagração europeia, este exército, assim como de outros países beligerantes, na regulamentação da campanha, não tendo previsto a assistência psiquiátrica, a sua organização foi no entanto pronta, diante da afluência dos doentes. Instalaram-se hospitais especiais, centros neuropsiquiátricos, na própria zona da</p>	

vanguarda, para a triagem das psicoses comuns, e também para observação e tratamento dos distúrbios funcionais. (...) Com grande resultado, assim se tratam as psicoses da guerra e evita-se a sua disseminação, que as circunstâncias de campanha favorecem no mais alto grau.	
---	--

TABELA 1 – locutor fundador *versus* locutor discursivo

Considerações finais

O trabalho que aqui empreendemos foi realizado por via do cruzamento de duas direções de análise. Ao passo em que caracterizamos a cena enunciativa do texto – identificando suas coordenadas de tempo e espaço, bem como seu locutor e destinatário discursivos – buscamos apontar ainda os atos ilocutórios produzidos direta e indiretamente por via da enunciação. Uma vez estabelecido esse primeiro quadro, atribuímos a responsabilidade pelos atos ilocutórios produzidos à instância enunciativa antes localizada, mostrando, além disso, a qual destinatário os efeitos desses atos pareciam estar sendo dirigidos.

Concluimos por fim que a cenografia do texto e os atos ali produzidos apontavam para um conjunto de prescrições feitas pelo exército brasileiro a sua própria organização no sentido de recomendar a reprodução de alguns dos procedimentos organizacionais dos exércitos americano e francês.

Assim, no que se refere às contribuições deste estudo às reflexões mais próprias ao campo da História, trazemos aqui certa percepção, atestada pelo exercício técnico da análise, do modo como a recepção da Psicologia em território nacional teria se realizado no ambiente institucional do Exército; o que, no caso em análise, parece ter tomado o caminho de uma reprodução mais direta dos modelos estrangeiros, excluindo assim a alternativa de uma apropriação por via de reelaboração e ajuste do saber vindo de fora às nossas particularidades culturais locais. Em boa medida, esta conclusão parece corresponder à expectativa mais comum acerca da forma como a ciência é usualmente absorvida e aproveitada nas instituições castrenses, em razão de sua orientação historicamente conservadora.

Finalmente, no que se refere aos desdobramentos teóricos, nos defrontamos aqui com a necessidade se propor uma flexibilização do conceito de *ethos* nos casos em que um terceiro,

para além do enunciador e do destinatário, aparece na enunciação como uma extensão do próprio locutor discursivo.

Este outro seria então tomado pelo locutor como medida para o reconhecimento de *si* em contraposição a um *ideal de si* a ser atingido. Propomos então que este terceiro possa ser pensado como uma projeção ideal do próprio locutor, sendo possível assim considerar o funcionamento da dimensão discursiva do *ethos* numa estrutura bipartida em que locutor discursivo e locutor ideal seriam retratados de modo contrastado na cena enunciativa.

Essa consequência teórica, com cuja necessidade de elaboração nos deparamos em nosso caso concreto, impõe-se a nós como tema a ser desdobrado e mais bem refletido por meio de outras experimentações de análise, a fim de que se possa verificar e atestar a legitimidade de tal procedimento.

Referências

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

LINS, T. L. R.; FREIXO, E. DE C.; JACÓ-VILELA, A. M. A psicologia no exército brasileiro entre as décadas de 1930 a 1960. In: **Clio-Psyché - Saberes Psi: novos sujeitos, outras histórias**. Curitiba: Juruá Editora, 2018. p. 71–81.

MAINGUENEAU, D. A cena enunciativa. In: **Novas tendências em análise do discurso**. 3^a ed. Campinas: Pontes, 1997. p. 29–52.

SEARLE, J. R. **Expression And Meaning. Studies on the theory of speech acts**. New York: Cambridge University Press, 1981.

SOUZA, M. L. DE; BOARINI, M. L. A deficiência mental na concepção da liga brasileira de higiene mental. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 14, n. 2, p. 273–292, 2008.

THE BIPARTITE ETHOS: CONTRASTIVE IMAGES OF ETHOS IN THE DISTANCE BETWEEN DISCURSIVE SPEAKER AND FOUNDER SPEAKER

ABSTRACT: This paper analyzes a scientific article produced by the military psychiatrist Murillo Campos, whose interventions during the first decades of the 20th century were determinant in the course of the processes of appropriation of psychological science in Brazil. In the theoretical set here delimited, the concepts of scenography in Maingueneau and of illocutionary act from the extension that Searle does to the works of John Austin, adding them the division between direct and indirect illocutionary act, are articulated. As a consequence of the analysis, there is a need to propose a flexibilization of the concept

of *ethos*, considering this discursive dimension in a bipartite structure in which discursive speaker and founding speaker are portrayed in a contrasting way in the enunciative scene.

Keywords: discourse analysis. ethos. speech acts. history. psychology.

Envio: dezembro/2018

Aceito para publicação: abril/2019

VERBUM – CADERNOS DE PÓS GRADUAÇÃO – ISSN 2316-3267